

O associativismo agrícola no Liberalismo e na 1ª República: os sentidos de um percurso.

Maria Ana Bernardo*

O fraco desenvolvimento do associativismo em Portugal foi argumento esgrimido com frequência por aqueles que o apontavam como mais um sintoma, e causa, do atraso económico e social português. Quem assim conjecturava partia da premissa que a associação era um meio privilegiado de participação da sociedade civil nos destinos do país, mediante a expressão organizada das posições e interesses em presença nessa mesma sociedade. O movimento associativo estabelecia objectivos, identificava problemas e preconizava soluções, estatuaía interlocutores institucionais e contribuía para a coesão e progresso sociais.

Embora esta concepção sobre a importância do associativismo fosse extensível praticamente a todas as suas manifestações, a presente comunicação incide sobre as associações ligadas ao sector agrícola, no período do Liberalismo e da 1ª República.

Num primeiro momento identifica-se a génese e evolução do associativismo agrícola atendendo sobretudo aos seguintes aspectos: enquadramento legal, entidades promotoras, objectivos, expansão e capacidade de mobilização. Depois, a partir de uma perspectiva que privilegia a dinâmica do associativismo agrícola no Sul do país, e mediante alguns casos específicos, identificam-se as questões e os problemas que foram polarizando esse associativismo, investigam-se as origens sociais dos dirigentes e associados e procuram tipificar-se as modalidades de relações entre as associações agrícolas e o Estado, atendendo às alterações socio-económicas e políticas que caracterizam a época a que nos reportamos. Finalmente, a análise da situação portuguesa será objecto de comparação com as experiências históricas de outros países europeus no domínio do associativismo agrário, em particular a Espanha e a Itália.

* Departamento de História da Universidade de Évora